

MIGRAÇÃO E TERRITÓRIO. AS ASSOCIAÇÕES NIPO-BRASILEIRAS DO NORTE DO PARANÁ

ASARI, Alice Yatiyo (yasari@uel.br)
TSUKAMOTO, Ruth Youko (tsukamoto@uel.br)
Universidade Estadual de Londrina

Introdução

Os deslocamentos populacionais representam desafios tanto para os atores dessas migrações quanto para os estudiosos do tema. Os componentes dos fluxos migratórios movimentam-se de acordo com as necessidades de mão-de-obra do setor produtivo, dos conflitos decorrentes de questões econômico-político-sociais em pontos do planeta, da instabilidade provocada por fenômenos da natureza, enfim, são como marionetes que se movem de acordo com os “comandos” da sociedade e da natureza.

A partir dessas considerações, objetiva-se analisar uma faceta desse processo migratório, qual seja a das formas encontradas para se construir um novo território em espaços e tempos diversos. Para tal, tem-se como recorte espacial o Norte do Paraná-Brasil e como objeto de estudo, os imigrantes japoneses que iniciaram a sua vinda para o Brasil no início do século XX, enfocando-se as associações nipo-brasileiras, que se organizam em forma de rede social.

Assim, num primeiro momento apresenta-se os procedimentos de pesquisa utilizados para a consecução do trabalho, para no segundo discutir as questões sobre migração e território, que permitirão analisar o papel das associações nipo-brasileiras na adaptação dos imigrantes e seus descendentes, assim como na construção do novo local de fixação, de um novo território. Ademais, estas questões são analisadas no terceiro momento, discorrendo-se sobre as associações nipo-brasileiras do Norte do Paraná, cuja territorialização evidencia as ações que este grupo étnico tem realizado no decorrer de cem anos da imigração para o Brasil. Como estudo de caso, analisa-se o papel das associações nipo-brasileiras no município de Assai, localizado no Norte do Paraná.

Procedimentos de pesquisa

A metodologia utilizada para a elaboração do trabalho abrangeu atividades de gabinete e de campo. Dentre as atividades de gabinete destacam-se a revisão bibliográfica e documental, seguida de análises pertinentes à imigração internacional e ao território. Enviou-se, via postal, um questionário para a diretoria das associações nipo-brasileiras do estado do Paraná, solicitando informações sobre o histórico, o perfil dos associados e as atividades realizadas, tendo um retorno de 30% dos questionários respondidos. No campo, foram entrevistados líderes da comunidade nipo-brasileira norte-paranaense e aplicou-se questionários aos imigrantes e seus descendentes, que visavam levantar subsídios acerca da

trajetória de vida, sobre os mecanismos de adaptação ao Brasil, as associações e seus reflexos na sociedade brasileira. Estes dois procedimentos foram a base para o desenvolvimento da pesquisa em foco.

Breves notas sobre migração e território

Neste item, faz-se algumas considerações sobre o processo migratório, que é o cerne do trabalho, pois é a partir dos fluxos de população que se tem, no lugar de recepção, as ações que visam sua inserção no novo país, culminando na construção do território.

Quanto ao ato de migrar, este pode ser analisado sob várias facetas: a que enfatiza que o indivíduo é o único responsável pelo deslocamento, face as variadas motivações, e, a outra que considera a migração um fato social, pois ocorrem fluxos migratórios porque a sociedade não lhe deu condições de subsistência nos seus locais de origem.

Note-se que, até os anos 1970, predominava na análise do fenômeno migratório, a perspectiva neoclássica, com uma visão descritiva e dualista, mensurando-se os deslocamentos populacionais a partir das características individuais dos migrantes. Era dada ênfase à análise estatística dos fluxos e de aglomerações, através da espacialização das mesmas, enquanto o enfoque histórico-geográfico era pouco considerado. (Becker, 1997) A decisão de migrar era entendida como uma decisão pessoal, individual e não decorrente da situação econômica ou de outras forças externas, tais como as políticas, sociais ou decorrentes de fenômenos da natureza.

Outros estudos surgiram após os anos 1970, como o enfoque histórico-estrutural (Singer, 1976), considerando-se a migração um fenômeno social historicamente condicionado, resultado do processo global de mudanças. Uma outra forma de abordar a migração referia-se à mobilidade do trabalho, apresentada por Gaudemar (1977), que concebia a migração como mobilidade forçada pelas necessidades do capital e não como uma decisão individual.

Enfim, o que é um imigrante? Sayad (1998, p.54) considera que “um imigrante é essencialmente uma força de trabalho e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito”. Esta afirmação coaduna-se com a vertente teórica proposta por Gaudemar (1977), da mobilidade do trabalho, que é uma necessidade fundamental do sistema capitalista. Observe-se que nas publicações e em variados diálogos realizados no decorrer do trabalho empírico, os entrevistados tem se referido à questão da sobrevivência, à busca de emprego, de melhores condições de vida para justificar os deslocamentos. Se, do ponto de vista dos migrantes, mostra-se como uma decisão pessoal, evidencia-se que outros condicionantes atuaram, abrangendo a sociedade como um todo, ao se analisar o contexto econômico-social-político, o quadro físico-territorial do país, da região em que viviam.

De outra forma, ainda baseando-se em Sayad (1998), que se refere ao migrante como força de trabalho provisória, temporária, em trânsito, verificou-se que, dentre os imigrantes

japoneses, a maior parte tinha como objetivo trabalhar no Brasil durante cinco, dez anos e retornar ao seu país de origem, em condições econômico-financeiras que lhes permitissem viver em condições satisfatórias. No entanto, poucos foram os que regressaram, revertendo o status de atividade em trânsito, provisória, em uma situação definitiva, fixando-se além-mar, com filhos, netos que tinham no Brasil a sua pátria. Portanto, para o entendimento destas questões, recorreu-se à categoria território e a sua construção por parte dos imigrantes japoneses, que será objeto de uma breve análise, a seguir.

Assim, a respeito do entendimento que se tem de território, reporta-se a Saquet (2007) que apresenta um leque amplo, mas extremamente pertinente acerca do tema:

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; idéia e matéria; identidade e representações; apropriação, dominação e controle; des-continuidade; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. (SAQUET, 2007, p.24)

Portanto, a cada combinação específica de cada relação espaço-tempo, há um produto que acompanha e condiciona os fenômenos e os processos territoriais. Assim sendo, “a territorialidade se inscreve no quadro de produção, de troca e do consumo das coisas”. (Raffestin, 1993, p. 161)

Para o migrante, o território tem o sentido de enraizamento e estabilidade, pois ao chegar no local de destino, procura reterritorializar-se, utilizando-se de mecanismos os mais variados, tais como as associações, as redes sociais (familiares, de amigos, de pessoas da mesma religião e região), que trazem à tona os laços de identidade cultural para fazer frente a esta nova forma de estabelecer-se num local estranho e distante de suas origens e de suas raízes.

Tendo em vista as noções de território, um outro ponto deve ser destacado: é o que se refere a desterritorialização. Haesbaert (2005) considera que são múltiplas e, às vezes, até mesmo contraditórias as noções de desterritorialização propostas na atualidade. O autor sintetiza esta desterritorialização em quatro grandes perspectivas:

Uma que parte da noção de território como dimensão físico-econômica da vida humana; outra, que vê o território como base de ordenamento político da sociedade; uma terceira, que parte da idéia de território como espaço de identificação cultural; e uma quarta, a mais totalizadora, que vê o território como uma espécie de “experiência integral” do espaço pelos grupos sociais. (HAESBAERT, 2005, p.35)

A cada uma dessas perspectivas apresentadas há que se avaliar a situação do migrante, conforme o grupo social a que pertence, já destacando que os deslocamentos realizados pela elite planetária, os denominados “cosmopolitas” não se comparam aos deslocamentos compulsórios realizados pelos que, por exemplo, se locomovem para trabalhar em

atividades que não necessitam de especialização, os denominados “trabalhadores temporários da base da pirâmide social” e que são comumente objeto de estudo de cientistas sociais.

Note-se que quanto a mobilidade e a sua ligação com o território, Haesbaert (2004, p. 246) destaca que “o migrante que se desloca antes de tudo por motivos econômicos, imerso nos processos de exclusão sócio-econômica, pode vivenciar distintas situações de desterritorialização”, pois estes, ao buscar locais onde possam utilizar os recursos naturais e com isso reconstruir sua identidade cultural, estão se desterritorializando e ao mesmo tempo produzindo um novo local para viver, isto é, possibilitando que a dimensão simbólica do território seja efetivada.

Desta forma, considera-se que território e migração se interligam, possibilitando fazer conexões com as ações empreendidas pelos imigrantes japoneses para enfrentar as duras condições de sobrevivência em um país desconhecido, exercendo atividades diferentes daquelas dos países de origem, e, com dificuldades potencializadas pelas diferenças culturais, físicas e políticas, como será apresentado a seguir.

O contexto da pesquisa – o Norte do Paraná

Este trabalho tem como recorte espacial o Norte do Paraná, que teve sua ocupação e colonização no período compreendido entre o final do século XIX e meados do século XX. Abrigou vários projetos de colonização (estatais e particulares), que foram beneficiados por um conjunto de fatores, tais como: a qualidade excepcional do solo (fertilidade), a situação da economia brasileira no conjunto mundial em função das consequências da crise de 1929, o desenvolvimento da cafeicultura e da industrialização paulista após 1930. Portanto, os imigrantes japoneses também participaram na gênese, desenvolvimento e consolidação econômica e social desta que é considerada uma das regiões mais dinâmicas do estado, com solos de alta qualidade e propícia às atividades agrícolas.

Assim, tem-se então o cenário da imigração japonesa, cujos componentes já haviam vivenciado as atividades do campo em terras paulistas e que no Norte do Paraná, face a ação das companhias colonizadoras, como a CTNP – Companhia de Terras do Norte do Paraná, BRATAC – Brasil Tokushoku Kaisha – Companhia Colonizadora do Brasil e a Nambei Tochi Kabushiki Kaisha – Companhia Colonizadora América do Sul, puderam adquirir pequenas propriedades rurais (de 10 a 20 hectares), que representavam uma nova etapa de trabalho em terras brasileiras,

Os imigrantes japoneses adquiriam as terras no Norte do Paraná de promotores imobiliários, encarregados pelas companhias de colonização de viabilizar suas atividades, e, também atuaram como líderes desse contingente étnico. Uma das primeiras providências foi a implantação de associações de japoneses (*nihon-jin-kai*) que objetivavam unir pessoas, famílias, idéias, para que os sonhos fossem concretizados.

Ressalte-se que as associações funcionaram como embriões das atuais cooperativas, com a finalidade de promover a ajuda mútua entre os associados, tanto no tocante ao desmatamento, ao cultivo inicial, quanto na preservação da cultura, propiciando condições de educação aos filhos, à prática de esportes e às manifestações culturais. Observe-se ainda que as associações nipo-brasileiras auxiliaram na agregação do grupo étnico e mantiveram as escolas japonesas em funcionamento, inicialmente, tendo sido designados professores os imigrantes com maior escolaridade e com afinidade com o ensino da língua e da cultura japonesa. Hoje, estão vinculadas à Aliança Cultural Brasil-Japão do Paraná, 75 entidades socioculturais e esportivas, ressaltando-se que há uma maior concentração no Norte do Paraná, que é condizente com a expressiva representatividade dos imigrantes japoneses e seus descendentes na região.

Veja-se, a seguir, um sucinto relato da implantação das associações, seu desenvolvimento e a atual situação, capitaneada pela Aliança Cultural Brasil-Japão do Paraná.

As Associações nipo-brasileiras do Norte do Paraná

A literatura consultada (Igarashi, 2008; Oguido, 1988; Asari, 1992) salienta o papel exercido pelo Sr. Hikoma Udihara, corretor encarregado de vendas pela CTNP, que foi de grande importância junto aos imigrantes japoneses no período de 1930 a 1955. Fundou 31 núcleos, contribuindo para a implantação de vários centros de cultura e de educação em Londrina e nas zonas circunvizinhas a esse município.

Os núcleos foram formados com a finalidade de proteger os associados, racionalizar o manejo da mata virgem, desmatar e semear as primeiras safras. Neles se organizavam mutirões (ajuda mútua), para a construção de habitações, na colheita, além do que se cotizavam para remunerar os professores, pois a educação dos filhos ocupava um lugar de destaque entre os imigrantes japoneses. Pela intermediação buscava-se a melhor comercialização das safras e a compra de implementos agrícolas. Em cada núcleo ocorriam exposições artísticas e práticas religiosas, encontros festivos, dando origem às associações culturais, de apoio, aos que estavam se fixando. Eram conhecidos por Associação Japonesa ou *Nihon-jin-kai*.

As associações auxiliaram na agregação do grupo étnico e mantiveram as escolas japonesas em funcionamento, na área rural, principalmente, assim como foram e ainda são responsáveis pela realização das competições poli-esportivas (*undo-kais*), as comemorações do *bon-odori* (homenagem aos mortos), auxiliadas pelas Associações de Senhoras e de Jovens. Em Londrina, a primeira reunião ocorreu em 1933, portanto poucos anos após a chegada das primeiras famílias.

As mesmas práticas ocorreram em outros municípios, em que, à medida que foram se aglutinando famílias japonesas nas áreas de colonização, surgiram as associações,

inicialmente, de maneira informal, para em seguida terem seu registro como associação cultural e esportiva. Destaque deve ser feito ao caráter cultural, em que o ensino da língua japonesa, a prática da religião budista/shintoísta, a preservação de atividades culinárias, dança, canto, poesia, *taikô* (tambor), *ikebana* (arranjo de flores), *origami* (arte da dobradura), cerimônia do chá, foram fundamentais para esse grupo étnico. Nos esportes, outra vertente indispensável nas associações nipo-brasileiras, praticava-se e ainda são praticados esportes coletivos como o beisebol (até hoje, no Brasil, quase que exclusivos dos descendentes japoneses), softbol, futebol suíço, futebol de salão, além do tênis de campo e de mesa, natação, *gateball*, *park golf* (mini golfe), *shogui* (semelhante ao xadrez), bilhar, e, das várias modalidades de atletismo.

Nessas associações funcionam departamentos ou setores que se encarregam dessas atividades, tanto culturais como esportivas.

Há cerimônias e atividades anuais, reunindo todos os associados, por exemplo, por ocasião das festas de fim de ano (*bonenkai*), da cerimônia em homenagem aos mortos (*bon-odori*) a realização de atividades poliesportivas (*undokai*), concursos de canto, de oratória, apresentação de *taikô*, teatro, para manter as tradições, resgatando e procurando maior participação dos associados.

A seguir, são apresentadas informações e análises da pesquisa empírica realizada junto às associações nipo-brasileiras do Norte do Paraná, nos anos de 2007/2008. (Asari;Tsukamoto, 2008)

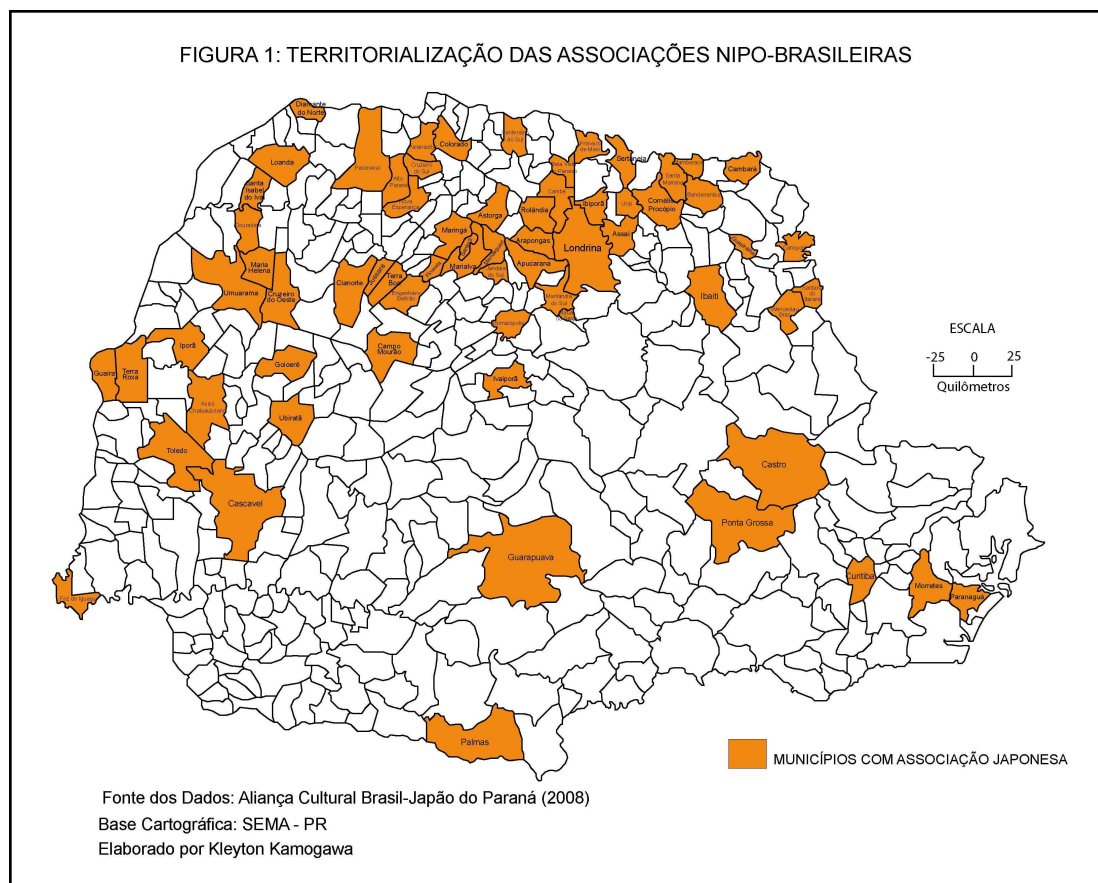
Indagados sobre o histórico e objetivos da associação, verificou-se que a maioria resultou da fusão de outras associações *nikkeis* (denominação dada aos imigrantes japoneses e seus descendentes), seja a dos senhores (*nihon-jin-kai*), das senhoras (*fujin-kai* ou *haha-no-kai*), de jovens (*seinen-kai*), sempre focadas nos interesses da comunidade, no tocante a manutenção da tradição, dos costumes, enfim, da cultura dos antepassados, tendo como princípio a união dos descendentes no enfrentamento das dificuldades. Todas as associações possuem sua sede social e a sede de campo, a primeira para a realização das atividades culturais-sociais e a segunda atendendo as atividades esportivas. Para a manutenção da associação, é cobrada uma anuidade, em 60% das associações, que vai de R\$ 50,00 a R\$ 300,00; no restante, as contribuições são mensais e trimestrais. Além dessa contribuição, são realizadas promoções (por exemplo de jantares (com pratos típicos com *sukiyaki*, *yakissoba*), de venda de doces (*manju*) e sorvetes), além do que se recebe doações dos associados, do aluguel do salão para festas de casamento e eventos diversos, para que haja condições de manter a associação.

Quanto as perspectivas em relação à associação, objetiva-se a conquista de novos associados, pois houve uma redução significativa devido ao movimento *dekassegui*, isto é, a ida de *nikkeis* para o Japão à trabalho. Ao mesmo tempo, há uma preocupação muito pertinente acerca da manutenção dessas associações, pois os jovens, em sua maioria, não tem demonstrado interesse em dar continuidade às ações empreendidas pelos pais e avós. Desta forma, estão sendo implementadas medidas para atrair os jovens, por exemplo, com a criação de grupos de *taikô* (tambor), oferecendo cursos, realizando *workshops* que se tem apresentado como uma das atividades que alia uma cultura milenar à músicas de estilos

modernos. Além disso, a construção da sede social, reformas em todos os setores, tem sido realizados visando uma maior participação dos associados e seus familiares.

Quanto a Aliança Cultural Brasil-Japão do Paraná, citada anteriormente, é resultado da fusão com a Liga Desportiva Norte Paranaense, ocorrida no ano de 2006. Esta congrega as associações nipo-brasileiras do Estado. A Liga Desportiva Norte Paranaense teve sua origem nas associações nipo-brasileiras, implantadas à medida em que se aglutinavam famílias, tanto na área urbana como na rural. A Aliança Cultura Brasil-Japão do Paraná, fundada há mais de 30 anos, é uma entidade de utilidade pública, reconhecida pelos governos municipal (Londrina), estadual e federal e tem sua sede em Londrina. É regida nos moldes de uma Federação, congregando 75 entidades sócio-culturais e esportivas do Estado do Paraná. Tem por finalidades promover atividades culturais, beneficentes, intercâmbios, prestar assistência médica e odontológica aos idosos, promover concursos e cursos diversos, bem como de língua japonesa. (Fig. 01)

A territorialização apresentada na Figura 01 evidencia o importante papel exercido pelo Norte do Paraná, refletido nos municípios que contam com a associação nipo-brasileira, significando também que o contingente de imigrantes japoneses e seus descendentes tem contribuído para o desenvolvimento de uma região que teve como base econômica a agricultura.



Associações nipo-brasileiras. O caso de Assai-PR

Um exemplo a ser apresentado é a do município de Assai, que tem sua história vinculada às ações da BRATAC - companhia colonizadora de capital japonês, que na década de 1930 adquiriu uma gleba de 18500 alqueires (44 710 hectares) e a parcelou em lotes de 24 hectares, vendendo-os a compradores, em sua maioria, imigrantes japoneses residentes na região oeste do estado de São Paulo. No planejamento da “Colônia Três Barras”, denominação dada ao empreendimento, dividiu-se a área em seções, ou seja, bairros rurais que procuravam manter a mesma estrutura da comunidade *mura* do Japão (Ono, 1973). Foram fundadas associações por gênero e faixa etária, a exemplo da Associação dos Senhores (*Nihon-jin-kai*); a Associação de Senhoras (*Ha-ha-no-kai* ou *Fujin-kai*) e Associação dos Moços ou Jovens (*Seinen-kai*), em cada seção, promovendo atividades esportivas e culturais. Hoje, estas associações estão vinculadas à LACA (Liga das Associações Culturais de Assai). Uma outra entidade ainda em funcionamento é a SAMA – Sociedade de Amigos de Assai, que reúne as famílias da área urbana e está vinculada à LACA. Ambas contam com 800 famílias participantes, que realizam atividades culturais, esportivas, sociais junto a comunidade de Assai. Verifica-se que há uma hierarquização na organização das associações, pois tem-se no primeiro nível, as associações de bairros rurais ou seções e as da área urbana; no segundo nível tem-se a LACA que congrega todas essas associações e esta é vinculada à Aliança Cultural Brasil-Japão do Paraná, que tem como filiadas, todas as associações nipo-brasileiras do estado.

Veja-se algumas opiniões acerca do papel exercido pelas associações no esforço de adaptação ao novo local, ao país que os recebeu no início do século XX (Asari, 1992, p.183):

Japonês sozinho não faz nada, não é nada: em grupo é mais criativo, produz, portanto, um dos traços marcantes da cultura japonesa é a união, o trabalho conjunto.

O importante na associação é o sentimento de ajuda, de solidariedade, tanto nas festas quanto nos velórios.

Desta forma, as entidades associativas tiveram e ainda têm um papel de destaque na comunidade nipo-brasileira, porém, pesquisas recentes têm evidenciado que as associações estão se debilitando, seja pela inserção/integração do imigrante e seus descendentes à sociedade, seja pela emigração em direção ao Japão (*dekasseguis*) ou então pela constatação de que o *modelo* de entidade de ajuda mútua, de preservação da cultura nipônica se esgotou, face aos novos interesses e perspectivas dos jovens, descendentes de imigrantes.

Enfim, as Associações Nipo-Brasileiras de ajuda mútua, tiveram o seu núcleo inicial nas seções ou bairros rurais, e, num estágio mais avançado, se estabeleceram em forma de cooperativas. Essas associações fazem parte das redes sociais que, ao lado das vinculadas às famílias, aos originários da mesma província no Japão, às pessoas de mesmo gênero, de faixa etária, de religião, têm promovido a manutenção da cultura, ao mesmo tempo em que são estabelecidos os laços que permitem a construção e consolidação de seu novo mundo, de seu território.

No tocante às associações e vinculado à construção do território, há que se destacar a ideologia do GAT, apresentada por Rokuro Hama, cuja sigla significa “gozar a terra”, isto é, era um movimento que objetivava a residência permanente através da familiarização com a terra e do amor a ela. Sua ideologia básica consta do folheto GAT Seinentai (Grupo de Jovens da GAT), citado por Handa (1987):

A agricultura não visa somente o trabalho, mas também o modo de vida. Ora agradecemos pela boa safra, ora lutamos contra a dor, sofrimento e miséria devido a péssima colheita. A vida mais aprazível sobre a face da terra não é mais que a vida do agricultor que cuida do trato da terra e trabalha nela. A humildade e o trabalho trazem compensações suficientes. É a agricultura que cria cidadãos admiráveis e lhes dá educação. (HANDA, 1987, p.454)

Este movimento foi introduzido pela Companhia Colonizadora BRATAC, que propunha aos colonos que assumissem o papel de *lavrador legítimo* para inserir-se na comunidade brasileira, em todos os setores, fixando o lema básico de *apego à terra onde se fixa residência permanente*. Desta forma, haveria necessidade de trabalhar a terra racionalmente, adubando-a adequadamente, de preferência utilizando mão-de-obra familiar, tornar-se auto-suficiente, ter cuidados com a higiene e saúde. Havia o apoio à Campanha GAT, por parte dos funcionários da Sociedade Colonizadora, que também internalizaram a filosofia norteadora, assim como listavam as formas de atuação. Estas abrangiam o recenseamento anual das condições econômicas dos colonos, as estimativas da produção agrícola anual, o apoio à escrituração agrícola de cada família, o auxílio técnico, mediante avisos sobre o plantio do algodão, tradução de publicações especializadas sobre algodão para a língua japonesa, palestras sobre assuntos agrários, a colaboração em prol do cooperativismo, o financiamento para os colonos.

Na análise da Campanha GAT identifica-se uma das estratégias utilizadas pela Companhia Colonizadora BRATAC para conseguir a fixação do homem à terra, apelando para a sua capacidade de exercer o controle sobre a natureza e a sociedade, através do exercício da força de vontade e da perseverança. Estes traços lembram os dos regimes totalitários enquanto movimento, que se baseia nas tradições de cada país e no “sonho” do fortalecimento e grandeza da nação. Deve-se observar que esta Campanha, ao explorar eficientemente a meta implícita e explícita do imigrante em se tornar um “vencedor”, acopla a esta a idéia de “progresso”, de “organização”, de “perseverança”, de “união”, oferecendo condições, dando apoio logístico a seus empreendimentos.

Nota-se então que, a Companhia Colonizadora BRATAC, ao buscar estratégias para que o seu empreendimento imobiliário se desenvolvesse satisfatoriamente, levava em consideração as qualidades do imigrante japonês (perseverança, união, honestidade, humildade), e, sugeria que o Brasil seria a sua segunda terra natal, legando aos seus filhos as virtudes peculiares do povo japonês (Handa, 1987).

Há que se ressaltar que as propostas da Campanha GAT não foram totalmente concretizadas, mas houve repercussões na Colônia Três Barras, pois Codato (1981), relata que em 1934 (dois anos após o início da venda dos lotes) é criada a Cooperativa Agrícola Três Barras, que funcionou até 1965, com base na ideologia de R. Hama.

A Cooperativa Agrícola Três Barras funcionou concomitantemente com a Associação Japonesa, que possuía uma subdivisão denominada Associação Agrícola. Além do setor empresarial eram também realizadas atividades de caráter assistencial, como por exemplo, a campanha para a construção do hospital. Segundo Codato (1981, p.138), “o espírito associativo e a atividade empresarial da BRATAC formam o fio condutor da colonização agrícola”. Enquanto a Associação Agrícola realiza pesquisas e orienta tecnicamente os colonos, a Cooperativa Agrícola é a intermediária entre o produtor e o mercado. Portanto, há uma divisão de atribuições, e, a Cooperativa se apresenta como uma outra faceta da Associação Japonesa, através da qual se tinha a estrutura organizacional que legalizava e ampliava a atuação do grupo étnico. Vê-se então que, através da Campanha GAT, a BRATAC conseguiu fazer a ligação entre o colono, a Companhia e a comunidade local, e, indiretamente, mantinha o controle sobre os colonos. À guisa de informação, a Cooperativa funcionou até 1965; em 1959 instalou-se a Cooperativa Agrícola de Cotia, o que pode ter levado à extinção da Cooperativa Três Barras. Nos anos 1990 a Cooperativa Cotia foi extinta e foi substituída pela Cooperativa Integrada (1995), que conta hoje com 46 unidades no estado do Paraná. Estas unidades referem-se a unidades de recebimento da produção agrícola, de armazenagem de fardos de algodão, de beneficiamento de café, de industrialização de ração, de milho, de fios, de trigo, de sementes.

Assim, houve a implantação de entidades que visavam amenizar as dificuldades de adaptação ao novo lugar, ao mesmo tempo em que, no setor econômico, também atuavam as cooperativas, vinculadas às associações, que tinham como objetivos aumentar a produtividade, organizar a comercialização dos produtos agrícolas, enfim, ter o retorno, com lucros, dos seus investimentos.

Considerações Finais

Ao estudar a contribuição das associações nipo-brasileiras no esforço de adaptação e fixação dos imigrantes japoneses, busca-se recuperar parte das experiências vivenciadas pelos mesmos, ao completar 100 anos do início do fluxo de japoneses para o Brasil, ao mesmo tempo em que se suscita reflexões acerca das esperanças, das dificuldades

encontradas e superadas, em grande parte com o auxílio das associações que são hoje analisadas sob o enfoque das redes sociais na construção de um novo território.

As associações, hoje, se deparam com um grande problema, que é a redução do número de associados, que tem por causas a saída de *nikkeis* para o Japão, na qualidade de trabalhadores temporários não especializados (*dekasseguis*) e o desinteresse dos jovens em participar das atividades. As explicações para tais fatos recaem sobre a exaustão desse “modelo” associativo, os novos interesses dos jovens, e, sobretudo porque os grupos étnicos estão inseridos na sociedade brasileira, e, não há a necessidade desses tipos de redes sociais para aqui sobreviverem, pois fazem parte da mesma, em condições de igualdade quanto a direitos, deveres e oportunidades.

No entanto, há que se salientar que as associações são ainda importantes, pois representam os marcos de preservação da cultura, do esporte por um contingente de 250 mil imigrantes que vieram para o Brasil, tangidos pelas imensas dificuldades de sobrevivência no país de origem, e, que após 100 anos de fluxo migratório, fixaram-se no país receptor, construindo seu território e constituindo-se na maior comunidade *nikkei* fora do Japão.

Referências

- ASARI, A.Y. ... *E eu só queria voltar ao Japão*. Colonos japoneses de Assai. São Paulo: FFLCH-USP, 1992 (tese de doutorado)
- ASARI, A.Y.; TSUKAMOTO, R.Y. *Espaço e tempo nas imigrações internacionais no Norte do Paraná*. Londrina, UEL, 2008 (relatório de pesquisa)
- BECKER, O.M.S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I.E. et al. (org) *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997
- CODATO, E. *Colonização agrícola: a Colônia Três Barras*. 1932-1970. Curitiba: UFPR, 1981
- GAUDEMAR, J.P. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Ed. Estampa, 1977
- HANDA, T. *O imigrante japonês*. História de sua vida no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz/Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987
- HAESBAERT, R. Migração e desterritorialização. In: PÓVOA NETO, H. & FERREIRA, A.P. (org) *Cruzando fronteiras disciplinares*, Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004
- IGARASHI, T. *História da imigração japonesa no Paraná*. Londrina: Aliança Cultural Brasil-Japão do Paraná, 2005
- OGUIDO, H. *A saga dos japoneses no Paraná*. Londrina: Graf. Ipê, 1988
- ONO, M. De colono a pequeno produtor. In: Saito, H. e Maeyama, H. (org). *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis; São Paulo: Vozes; Edusp, 1973
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993
- SAQUET, M.A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007

SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo:EDUSP, 1998

SINGER, P. *Economia Política da Urbanização*. 3.ed. São Paulo: Cebrap/Brasiliense, 1976